

MINISTRO DA JUSTIÇA LAVA AS MÃOS E EXÉRCITO ABUSA DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS NA RAPOSA/SERRA DO SOL

O CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR, entidade sem fins lucrativos, destinada à defesa dos direitos e interesses indígenas neste Estado, vem à respeito da área indígena Raposa/Serra do Sol, fazer as seguintes considerações:

1 - A área indígena Raposa/Serra do Sol encontra-se identificada pela Funai, desde 1993 (Despacho no. 9, publicado no Diário Oficial da União, em 21/05/93). Portanto, a quase dois anos, o processo está com o Ministro da Justiça para que assinasse a Portaria de Demarcação. Devido ao fato desta área estar invadida por fazendeiros e garimpeiros, que atuam ilegalmente, o atraso na demarcação se dá em detrimento dos índios que nela habitam.

2 - Recentemente, em razão da violência usada pela Polícia Militar de Roraima, contra as comunidades indígenas Macuxi, que se opõem à construção ilegal de hidrelétrica no rio Cotingo, localizado totalmente dentro da terra indígena, o Exército ficou parcialmente responsável pela manutenção da ordem dentro da Raposa/Serra do Sol (Aviso 0057, de 07.02.95, Doc. em anexo).

3 - Em seu item no. 3, do Aviso 0057, o Sr. Ministro informa, ao Governador de Roraima, que "o Ministério do Exército, através de contingente com base na região, colaborará para garantir a segurança tanto das comunidades indígenas como das fazendas, vilas e cidades da região, evitando o surgimento das causas que geraram os recentes conflitos", (grifo nosso).

4 - Acontece que o Exército, tomou para si, com exclusividade, o poder de decidir sobre tudo o que acontece na Raposa/Serra do Sol e vem constringendo as comunidades indígenas, no seu direito de exercer a posse sobre as terras que habitam, impedindo-as de construir casas ou retiros, intimidando lideranças, se posicionando a favor dos fazendeiros, fazendo pré-julgamento desfavoráveis aos índios, impedindo a Funai e a Polícia Federal de atuarem na área em favor dos índios e permitindo um incrível aumento de dilapidação do patrimônio indígena.

5 - Todos os fatos abaixo relatados ocorreram depois da intervenção do Exército na área. Ou seja, garimpeiros e fazendeiros estão se sentindo acobertados pelo Exército e em dois meses as comunidades indígenas tiveram dois retiros queimados, mais de cem reses roubadas, duas casas destruídas e lideranças indígenas intimidadas pelo próprio Exército. A Funai e a Polícia Federal têm seu trabalho na área, em favor dos índios, dificultado pela atuação abusiva que está resultando desta intervenção. (Relatório da Funai em anexo)

6 - A ação do Exército na área indígena ignora, propositalmente, em parte o mesmo documento que usa para extrapolar as suas funções, pois o Aviso 0057 dispõe no final do item 2: "A Funai assegurará aos índios e a seus servidores o livre trânsito na região".

## CRONOLOGIA DE FATOS OCORRIDOS APÓS A INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO

- No dia 24 de fevereiro foi roubado um garrote da comunidade de Willimon.
- No dia 26 de fevereiro, um barracão da comunidade do Lilás, foi queimado com todo o equipamento necessário para fazer farinha.
- No dia 7 de março, o Comandante interino da 1a. Brigada de Infantaria e Selva, Cel. Márcio Alvarenga, remeteu ofício ao Presidente da Funai, sobre denúncia feita pelo ocupante da fazenda Santa Clotilde, acusando membros da comunidade Caraparú II, de envenenar as águas próximas à fazenda com tumbó. No ofício o Cel. pede que a Funai tome providências junto as comunidades para evitar que fatos como os relatados voltem a ocorrer. No entanto, não houve nenhuma comprovação de que eles teriam sido praticados por índios, e muito menos daquela comunidade.
- No dia 10/03, um branco da vila de garimpeiros Uiramutã, furtou uma rês de dentro do curral da comunidade de Willimon.
- No dia 17/03, o tuxaua da aldeia Maracanã II, recebeu o sargento Catanhede, que a pedido do fazendeiro João Rebouças, foi resgatar uma arma apreendida pela comunidade indígena, em 1987 e entregue à Funai. Apesar dessa explicação ter sido dada ao sargento, ele estipulou o prazo de 24 horas para o tuxaua devolver a arma. Expirado o prazo, absurdamente, o sargento retornou à comunidade questionada e novamente pediu a arma. O tuxaua comunicou o fato à Funai e afirmou estar se sentindo ameaçado.
- No dia 18/03, o fazendeiro Wilson Bezerra ameaçou com uma arma de fogo o índio Ivaildo e disse que iria queimar o retiro da comunidade Tabatinga.
- No dia 18/03 um funcionário da Funai entra na área indígena junto com agentes da polícia federal para averiguar os roubos de gado e destruição de retiros e têm o seu trabalho dificultado pela ação do Exército retornando à Boa Vista por esta razão.
- No dia 19/03, foram furtadas 6 reses da comunidade do Waromadá, por garimpeiros da Água Fria, conhecidos como Catraca, Abacaxi, Riba e pelo ex-vaqueiro da fazenda Santo Antônio do Pão, aonde o Exército mantém um destacamento alojado.
- No dia 21/03 o retiro de nome Lago Grande, da comunidade Escondido, foi queimado junto com arame farpado, roupas, vasilhas, redes, etc.
- No dia 22/03, 4 reses foram furtadas de dentro do curral da comunidade Lilás. Couro de gado foi achado pelos índios próximo à casa do fazendeiro Degas Batista, que informou que José Legrosio tinha morto as reses e comercializado a carne para abastecer o garimpo. Índios de Lilás comunicaram ao Exército, que informou que o caso não era de sua competência e recomendou que fosse dada queixa para a Polícia militar. O mesmo foi feito e a PM não tomou nenhuma providência.

- No dia 23/03, Raimundo Fraque da Silva e Abidene, roubaram 23 reses do retiro Água Branca e mais 27 reses no dia 26, do retiro Santa Rita, ambos os retiros da comunidade de Mudubim.

- No dia 25/03, um professor da aldeia Maturuca, ao ter cinco cabeças de gado roubadas de dentro do curral, procurou o Exército na localidade de Socó, onde moram garimpeiros e comunicou o ocorrido ao sargento Almeida, que disse que o caso não era da competência do Exército e o aconselhou-o a comunicar o fato a PM - que foi substituída pelo Exército, devido ao uso de violência contra as comunidades indígenas, vale ressaltar.

- No dia 29/03, 30 cabeças de gado foram roubadas, pelos vaqueiros da Fazenda Bananal, da aldeia Pedra Branca.

- No dia 30/03, o Cel. Alvarenga enviou novo ofício ao Presidente da Funai, comunicando que o fazendeiro da fazenda Tatú, havia denunciado a construção de casas pela comunidade da Laje. O ofício pedia a retirada de vinte e duas pessoas destas casas. "Caso o órgão não tenha condições de atender a esta solicitação, este comando gostaria de ser informado com a brevidade que a situação requer" determinava o ofício.

- No final de março o retiro Boca do Socó, da comunidade Enseada foi queimado.

- No dia 02/04, um sargento e soldados do Exército invadiram a casa do tuxaua do Monte Muriá, que se encontrava na cidade, revirou suas coisas, inclusive bolsas e colchão, deixando toda a comunidade transtornada.

- No dia 02/04, o retiro da comunidade de Tucumã foi destruído pelo próprio Exército. O comandante da 1ª. Brigada de Infantaria e Selva esteve no local e afirmou que o acordo existente entre Funai, Ministério da Justiça e Exército o autorizava a assim proceder.

- Ainda no início de abril o exército destruiu casas da comunidade Laje. Em razão desta situação e do incrível aumento de roubo de gado das comunidades indígenas, a Funai envia novamente um funcionário que atesta as denúncias feitas.

- No dia 05/04 lideranças indígenas do CIR entregam ao Presidente da Comissão de Minorias e Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados, documento com denúncias contra a atuação do Exército na Raposa/serra do Sol.

-- No dia 06/04, a comunidade de Monte Muriá denunciou a entrada de garimpeiros no rio Uailã, que alegavam ter passado pelo Exército e que portanto podiam garimpar.

No dia 07/04, a comunidade de Pedra Preta denuncia problemas causados pelo garimpo e que garimpeiros estão usando o nome do Exército para garantir a invasão da área

O CIR entende o dever legal do Exército Brasileiro e suas atribuições em área de fronteira. No entanto, a sua atuação na terra indígena Raposa/Serra do Sol, ao contrário de significar a manutenção da ordem e da tranquilidade, tem implicado em grave constrangimento para as comunidades indígenas e intimidação de suas lideranças, como também no aumento de crimes praticados contra o patrimônio indígena.

Assim sendo, a atuação abusiva e equivocada do Exército na terra indígena Raposa/Serra do Sol está criando uma situação insustentável, que longe está de "construir um ambiente propício a se obter uma solução duradoura que contemple a convivência harmoniosa de toda a população daquela região", como propõe o Ministro da Justiça no Aviso no. 0057. O CIR espera, portanto, que sejam adotadas todas as medidas cabíveis e necessárias para a coibição dos abusos cometidos e à garantia dos direitos morais e patrimoniais das comunidades indígenas da Raposa/Serra do Sol. No dia do Índio o CIR não tem nada para comemorar.

Boa Vista, 19 de abril de 1995.

*Jacir José de Souza*  
-----  
Jacir José de Souza - Coordenador do CIR  
na região das Serras

095 - 224 - 5761

4

## SOBREVIVÊNCIA YANOMAMI

O CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA - CIR, entidade civil sem fins lucrativos, destinada à defesa dos direitos e interesses indígenas neste estado, vem a público informar o grave quadro de saúde da população Yanomami no Brasil.

A indefinição governamental quanto à responsabilidade com a saúde do índio, agravada pela contínua invasão de centenas de garimpeiros no território demarcado, tem levado nos últimos meses a uma situação de crescente vulnerabilidade da sobrevivência dos Yanomami.

A primeira grande invasão de garimpeiros aconteceu há cerca de dez anos e, embora medidas oficiais de desintrusão tenham ocorrido e a terra tenha sido demarcada em 1992, a garimpagem ilegal nunca foi interrompida completamente.

A população Yanomami no Brasil soma hoje 8.268 pessoas, segundo censo do DSY/FNS(1995), distribuídas em 188 comunidades nos estados de Roraima e Amazonas. Nos últimos sete anos ocorreram aproximadamente 2.200 mortes - cerca de 21% dos Yanomami - em consequência da maciça introdução de doenças como malária, infecções respiratórias, tuberculose, calazar, sarampo e outras, além de conflitos violentos com os garimpeiros.

O Coeficiente de Mortalidade Geral dos Yanomami aumentou de 14,6 em 1993 para 18,3 em 1994. Já o Coeficiente de Natalidade Geral diminuiu de 34,9 em 1993 para 30,1 em 1994. Somente nos três primeiros meses do ano já morreram 39 Yanomami, sendo suas principais causas: malária (35,9%), desidratação por diarreia infecciosa (12,8%) e infecções respiratórias agudas (10,2%). Mantidos o atual padrão de assistência à saúde e a tendência dos indicadores de natalidade e mortalidade, a população Yanomami caminhará inevitavelmente para o extermínio.

Várias regiões estão desassistidas, como é o caso de Tukuxim e Xiriana, que no ano passado foram responsáveis por 38% dos óbitos notificados.

A partir da invasão dos garimpeiros, a malária tem sido a principal causa de morte entre os Yanomami. Atualmente na região do Marari - AM, 80% da população está com malária, sendo quase a metade por malária falciparum, o tipo mais letal da doença. Nove Yanomami já evoluíram para óbito nos últimos trinta dias. Em Surucuru, um surto de diarreia infecciosa já foi responsável pela morte de cinco crianças nos últimos trinta dias. Nesta região também ocorreram três óbitos por malária desde o início do ano.

Nas demais regiões, onde existe atividade garimpeira, a malária continua tendo uma alta incidência. Do início do ano até a primeira quinzena de março de 1995 foram diagnosticados 583 casos de malária (43,6% malária falciparum) em toda a área Yanomami do estado de Roraima.

A violência contra os Yanomami foi a segunda causa de morte em 1993 (incluindo o massacre à comunidade de Hwaxine-u). No ano de 1995, na região do Ajarani, conflitos entre um funcionário da FUNAI e os índios resultaram na morte de mais um Yanomami. No Parafuri, garimpeiros em atividade há longa data convenceram os índios a rejeitar qualquer atividade dos órgãos federais (FUNAI, FNS e Polícia Federal), não permitindo suas ações naquela região. Desde o ano passado, também há notícias de atividade garimpeira nos rios Uraricoera, alto Toototobi e Aracaçá.

Em virtude da já citada precária assistência, acreditamos que os dados de saúde e os graves fatos aqui relatados estejam, inclusive, subestimados.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos à opinião pública que exija do Governo Brasileiro o cumprimento de sua responsabilidade com a assistência à saúde e com a manutenção do território livre de invasões, como garantias básicas e urgentes para sobrevivência dos Yanomami.

Boa Vista-RR, 17 de Abril de 1995.

Conselho Indígena de Roraima - CIR  
Av. Sebastião Diniz, 1672-W - São Vicente  
CEP: 69308-120 Boa Vista - R.R.  
Fone / Fax (095) 224-5751